



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Obras e Engenharia

SEC MUNICIPAL DE SAÚDE
PÁGINA. 110
VISTO

PROJETO BÁSICO

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Mironde de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ITEM	ÍNDICE	PÁGINA
1.0	PROJETO BÁSICO	03
1.1	INTRODUÇÃO	03
1.2	OBJETO	03
1.3	JUSTIFICATIVA	03
1.4	GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS	04
1.5	SERVIÇOS A EXECUTAR	04
1.6	ENCARGOS DA CONTRATADA	04
1.7	ENCARGOS DA CONTRATANTE	11
1.8	GESTOR DO CONTRATO	11
1.9	FISCALIZAÇÃO	12
1.10	PROPOSTA DE PREÇO	12
1.11	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
1.12	FORMA DE PAGAMENTO	13
1.13	PRAZO DE VIGÊNCIA	14
1.14	PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	14
1.15	VISTORIA	15
1.16	HABILITAÇÃO	16
1.17	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	18
1.18	SANÇÕES	19
1.19	GARANTIA	22
1.20	RECURSOS HUMANOS E EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	22
1.21	ANTICORRUPÇÃO	23
1.22	GESTÃO SOBRE TERCEIROS	23
1.23	NORMAS	23
1.24	DISPOSIÇÕES GERAIS	26
1.25	ANEXOS	
	ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	
	ANEXO B - BDI	
	ANEXO C - MEMÓRIA DE CÁLCULO	
	ANEXO D - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	
	ANEXO E - PLANTAS	
	ANEXO F - MEMORIAL DESCRITIVO	
	ANEXO G - ART	

Sávio Sabóia da Foa
Secretário Municipal de S
Portaria nº 853/2015

Michelly Miranda de S
ENGENHEIRA
SEGURANÇA DO TR
MATRÍCULA
SECRETARIA MUN



1.0 PROJETO BÁSICO
1.1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se este Projeto Básico – P. B., com a finalidade de atender ao disposto na legislação concernente às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1.988 da República Federativa do Brasil, normatizando, disciplinando e definindo os elementos que nortearão a instauração de procedimento licitatório, bem como, estabelecendo os requisitos mínimos a serem obedecidos como critérios de classificação e habilitação dos interessados, nos termos das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 7.036/23.

1.2 OBJETO

O presente projeto básico tem como objeto especificar serviços, definir recursos e definir parâmetros para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS DO SAMU 192 TIPO I - NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposta nº 39215.8270001/24-005.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente objeto tem como finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS DO SAMU 192 TIPO I - NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ com a finalidade de atender ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposta nº 39215.8270001/24-005.

A construção visa atender a necessidade de melhorias no sistema prestação de saúde pública municipal caracterizando o interesse recíproco do Fundo Municipal de Saúde em apoio à política nacional de desenvolvimento do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 133/25

Michelly Miranda
ENGENHEIRA
SEGURANÇA DO
MATRÍCULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



1.4 GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS

A programação dos serviços será efetuada pelo fiscal designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços serão fiscalizados, medidos e acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde através do Setor de Obras e Engenharia, a quem competirá à emissão do(s) Boletim(s) de Medição(ões) após a confirmação dos trabalhos realizados.

A Secretaria terá acesso a todas as informações sobre o andamento relativo aos trabalhos contratados em qualquer fase.

1.5 SERVIÇOS A EXECUTAR

Antes do início do serviço, é recomendada a presença do representante legal da empresa ou responsável técnico que deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da visita, para conferência das condições de execução conforma descrito no memorial descritivo. A modalidade da licitação será concorrência eletrônica e o regime de execução será pela empreitada por preço global.

1.6 ENCARGOS DA CONTRATADA

Serão obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- 1- Promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente contrato, de modo obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas, de habilitação e proposta da licitante;
- 2- Conduzir os serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias atinentes à execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação;
- 3- Executar o objeto de acordo com a sua proposta e com as normas e condições previstas no edital de licitação, inclusive com os ditames da

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria n° 8533/20

Michelly Miranda de Menezes
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 38505-1
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Lei nº 14133/21, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

- 4- Responsabilizar-se total, integral, direta e indiretamente pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Município;
- 5- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital;
- 6- Nos termos do art. 125 da Lei nº 14133/21, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 7- Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;
- 8- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- 9- Adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 03 (três) dias corridos;
- 10- Utilizar, na execução do objeto, insumos e materiais de primeira qualidade e com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- 11- Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;
- 12- Cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes a sua manutenção;
- 13- Registrar em Relatório Diário de Obra (RDO) todas as visitas que se verificarem, assim como ordens, determinações da fiscalização, anotações de ordem técnica e reclamações;

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8533/21

Michelly Miranda
ENGENHEIRA
SEGURANÇA
MATRÍCULA
SECRETARIA



- 14- Registrar o Contrato decorrente deste processo no CREA/ CAU, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- 15- Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- 16- Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- 17- Obedecer rigorosamente às condições do Edital e seus anexos, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pelo MUNICÍPIO;
- 18- Refazer sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, os serviços porventura inadequadamente executados;
- 19- Coordenar a execução do objeto contratual de comum acordo com o MUNICÍPIO considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos de maneira a evitar interrupções ou paralisações;
- 20- Providenciar, à sua própria custa, os equipamentos e materiais de segurança individuais e coletivos necessários à execução dos trabalhos, observando todas as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, ficando responsável por qualquer acidente de trabalho dos seus funcionários que ocorra durante a realização do objeto contratual;
- 21- Observar rigorosamente o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas Brasileiras as leis e regulamentos pertinentes;
- 22- Atender às determinações da fiscalização e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços, bem como permitir, a qualquer tempo, a vistoria de suas instalações, veículos e equipamentos;
- 23- Transportar pessoal, material(is) e/ou equipamento(s) até os locais de trabalho, em viaturas apropriadas, adotando todas as providências

Sávio Sabóia da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8533/77

Michelly M...
ENGE...
SEGURAN...
MATER...
SECRETARIA



- cabíveis para evitar acidentes e responsabilizando-se pelos danos pessoais e materiais que porventura ocorrerem;
- 24- Arcar com as despesas referentes ao uso de uniformes dos empregados, licenciamentos e eventuais multas de trânsito;
- 25- Manter contato permanente com a área gestora do Contrato para tratar de assuntos relativos ao objeto desta contratação;
- 26- Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições apresentadas quando da participação na licitação;
- 27- Providenciar, à sua própria custa, a execução de toda a sinalização, de acordo com as normas de trânsito vigentes, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra por falta daquela;
- 28- Observar nas suas relações de trabalho, o estabelecido no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal;
- 29- Providenciar todas as licenças ambientais necessárias à execução dos trabalhos;
- 30- Comunicar ao Município, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitiram a correta execução dos serviços;
- 31- Assumir integral responsabilidade pela boa elaboração e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com este Edital e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos serviços;
- 32- Zelar pelo patrimônio Municipal relacionado ao presente, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais que der causa;
- 33- Reparar, corrigir, remover ou refazer às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 34- Respeitar e fazer respeitar, sob pena da Lei, as posturas e legislação municipais relativa à execução de serviços em locais públicos;
- 35- Manter à frente dos trabalhos equipe técnica liderada por pessoal

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria n.º 8533/02

Michelly Miranda de Morais
ENGENHEIRA CIVIL 7
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 48664
SECRETARIA MUNICIPAL



qualificado, com capacidade para solucionar problemas referentes ao Contrato e poderes de representação perante a Fiscalização, substituindo qualquer elemento do quadro pessoal cuja permanência seja considerada inconveniente pela Fiscalização;

36-Os serviços serão executados de acordo com o cronograma físico, devendo a CONTRATADA, sob a coordenação da Fiscalização, definir antes do início dos serviços, um plano de obras coerente com os critérios de segurança, qualidade, racionalidade e economia;

37-A critério da Fiscalização a CONTRATADA se obrigará a efetuar um rigoroso controle tecnológico dos elementos utilizados na obra, de acordo com as normas brasileiras, sejam cimentos, agregados, água, concretos, tijolos cerâmicos, mantas asfálticas, telhas, eletrodutos, aço-ferro, vidros, forro, elementos cerâmicos, cabos elétricos, luminárias, louças, metais e outros, apresentando constantemente os resultados obtidos para a Fiscalização;

38-A CONTRATADA deverá submeter à apreciação de Fiscalização, em tempo hábil, amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados na obra. Só após análises e autorização de uso é que os materiais poderão ser instalados. Todos os equipamentos ou materiais que, porventura, demandem maior tempo para instalação, fornecimento ou adoção, deverão ser providenciados pela CONTRATADA em tempo hábil, visando não acarretar descontinuidade à evolução da obra, em qualquer de suas etapas. Quando houver razões ponderáveis ou relevantes para a substituição de determinado material anteriormente especificado por outro, a CONTRATADA deverá apresentar, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, a respectiva proposta de substituição, instruindo-a com os motivos determinantes da substituição. A substituição somente será efetivada se aprovada pela Fiscalização, se não implicar em ônus adicionais e se a mesma resultar em melhoria técnica ou equivalência comprovada, a critério da Fiscalização do Município;

39-Caso haja necessidade da instalação provisória de energia, deve ser

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2011

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486534
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



dimensionada para o barracão e para os equipamentos e iluminação constantes no canteiro, conforme a NBR 5410 e normas da concessionária de energia local. A instalação provisória de água e esgoto deve ser projetada para atender as demandas da obra e dos funcionários desta, com a utilização de fonte de água potável e correta destinação dos efluentes do esgoto. Estes deverão ser totalmente desativados após a conclusão da obra;

- 40-A CONTRATADA deverá providenciar, se necessário, Seguro de Risco de Engenharia para o período de duração da obra, com todos os custos às suas expensas. Compete a esta providenciar, também, seguro contra acidentes, contra terceiros e outros, mantendo em dia os respectivos prêmios, com todos os custos às suas expensas;
- 41-As despesas referentes ao consumo de água, energia elétrica, telefone, e outras correlatas correrão por conta da CONTRATADA, com todos os custos às suas expensas;
- 42-As despesas referentes a cópias heliográficas, plotagens e outras correrão por conta da CONTRATADA, com todos os custos às suas expensas. Esta deverá manter obrigatoriamente na obra, no mínimo, dois conjuntos completos de todos os projeto, constando de Desenhos, Caderno de Especificações Técnicas e Planilha de Quantidades;
- 43-Deverão ser fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18, da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários, cuja responsabilidade é da CONTRATADA;
- 44-Será de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração e implantação do PCMAT nas obras com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR-18, PCMSO de acordo com NR-07, PPRA de acordo com NR-9 e os demais dispositivos complementares de segurança, com todos os custos às suas expensas. O PCMAT deverá ser elaborado por Engenheiro de Segurança e executado

Savio Sado...
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 6533/25

Michelly Miranda de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 485684
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



por profissional legalmente habilitado na área de Segurança do Trabalho. O PCMAT, O PCMSO e PPRA deverão ser mantidos na obra, à disposição da Fiscalização e do órgão regional do Ministério do Trabalho;

- 45- É de responsabilidade da CONTRATADA, exercer severa vigilância na obra, tanto no período diurno como noturno. A função de vigia de obra destina-se a guarda desarmada da obra no período noturno. Pode esta ser feita por empresa especializada em segurança com homem armado desde que não gere custos adicionais ao Município, devendo para isto a empresa contratada seguir as leis e normas vigentes no país sobre vigilância patrimonial;
- 46- As cargas e os transportes (manuais ou mecanizados) de materiais deverão ser feitos de forma a não danificar as instalações existentes, obedecendo-se as normas de segurança do trabalho;
- 47- É de responsabilidade da CONTRATADA a execução das proteções necessárias, inclusive utilização de andaimes, assim como a sua segurança, atendendo as prescrições da NR8 e outras correlatas;
- 48- Será procedida a periódica remoção e transporte de entulhos e detritos que venham a se acumular no decorrer da obra. O transporte do entulho correrá a expensas da CONTRATADA;
- 49- Todos e quaisquer danos causados a edificação, provenientes dos serviços a serem executados (circulação de homens e materiais, manuseio de materiais e equipamentos, etc.) deverão ser reparados pela CONTRATADA, a expensas da mesma;
- 50- Até o recebimento definitivo da obra ou serviço, a CONTRATADA decerá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil;
- 51- Fornecer garantia mínima de 05 (cinco) anos para o perfeito funcionamento das instalações, contados a partir da aceitação dos serviços.

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de Jesus
ENGENHEIRA CIVIL
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA 4447
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



1.7 ENCARGOS DA CONTRATANTE

Serão obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:

- 1- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Projeto Básico;
- 2- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 3- Expedir, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, documento de inspeção dos serviços prestados emitido pela Fiscalização, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;
- 4- A Fiscalização manterá Pasta de Ocorrência onde serão juntados todos os documentos relacionados com os serviços de execução do objeto;
- 5- Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6- Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- 7- Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que porventura venham a ser firmados.

1.8 GESTOR DO CONTRATO

A Gestão do Contrato será exercida a quem o secretário designar, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação nos termos da Lei nº 14133/21.

Sávio Sabóia da Silva
Secretário Municipal de
Engenharia

Michelly Miranda de
ENGENHEIRA
SEGURANÇA DO
MATRÍCULA: 123456
SECRETARIA MUNICIPAL



1.9 FISCALIZAÇÃO

Todos os serviços executados serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Município manterá na fiscalização dos serviços, funcionário(s) com autoridade para exercer em seu nome toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

A CONTRATADA deve permitir, a qualquer horário, o acesso da fiscalização do Município às suas dependências.

A Contratante manterá, no local da prestação dos serviços, técnicos pertencentes ao seu quadro de funcionários, devidamente credenciados e autorizados a exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços necessários à construção objetivada, constituindo a entidade que doravante será denominada de FISCALIZAÇÃO.

Ficará o Contratado obrigado a refazer os trabalhos rejeitados, logo após a correspondente notificação da Fiscalização, devidamente registrada no Relatório Diário de Obras (RDO); sendo de inteira responsabilidade do Contratado os ônus decorrentes desta providência. Fazem parte integrante desta especificação, independentemente de transcrição, todas as Normas (NBR's) da ABNT relacionadas com os trabalhos e serviços abrangidos assim como os que constituem objeto do correspondente Contrato e/ou ainda, constante da sua correspondente Planilha Orçamentária.

1.10 PROPOSTA DE PREÇO

O orçamento é elaborado em SINAPI referência em 03.2025, planilhado com no mínimo os seguintes parâmetros: Item; Descrição; Unidade; Quantidade; Valor Estimado Unitário; Valor Estimado Total; Valor Total Estimado para a Contratação.

As empresas, quando da elaboração de suas propostas comerciais, deverão cotar o preço global, não sendo superior ao orçamento estimado elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde. O preço global envolverá todas

Sávio Sabino da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 252/2025

Michelly Miranda de Souza
ENGENHEIRA CIVIL 12
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 4867
SECRETARIA MUNICIPAL



as despesas que ocorrerem durante a execução do contrato, tais como valor total da mão-de-obra e encargos inerentes aos serviços.

Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso, aceita pela Administração.

1.11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os serviços serão pagos e empenhados à conta da seguinte dotação orçamentária:

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 - Obras e Instalações (693)

Programa de Trabalho: 20.21.10.122.0025.2.239.000 - Edificações Públicas - Investimento da Rede de Serviços de Saúde

Fonte: 601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS prov. Gov. Federal - Bloco de Estr. Rede de Serv. Públicos Saúde

Totalizando o valor estimado de R\$ 3.071.751,66 (três milhões, setenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos).

1.12 FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento será de conformidade com as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato, acompanhada das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e de Regularidade do FGTS do licitante vencedor, todas atualizadas, junto com o boletim de medição, certificados de qualidade dos materiais aplicados. O prazo para pagamento será até 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da nota fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no projeto básico e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

Sávio Sábua de
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486684
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



1.13 PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, de acordo com o cronograma físico-financeiro em anexo, contados do dia seguinte ao do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço (OS) emitida pelo ordenador de despesas da Secretaria e equipe de fiscalização.

O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela Secretaria Municipal de Saúde, da comunicação da CONTRATADA informando o término das obras, e definitivamente, pelo Secretário da pasta, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório; totalizando 13 (treze) meses de vigência contratual, podendo ser prorrogado, consoante a Lei nº 14.133/2021.

Caso venha ocorrer o aditamento do contrato, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14133/21, os acréscimos de quantidades serão remunerados pelos respectivos custos unitários constantes da planilha, tendo como marco inicial a data do orçamento.

1.14 PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de sozinhas atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital. A lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém, no objeto referenciado não há complexidade para a participação de consórcios.

No presente não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade, considerando que existem empresas capazes de sua realização individualmente, o que não comprometeria o caráter competitivo almejado no certame licitatório;

Não será admitida a participação de sociedade constituída sob a

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



forma de cooperativa, pois a natureza de vinculação do objeto da contratação acarretaria relação de trabalho proibitiva, visto que presume uma relação própria de emprego com subordinação, pessoalidade, habitualidade e hierarquia funcional.

1.15 VISTORIA

O Licitante poderá realizar visita prévia e inspecionar todos os locais, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 17:00h, com o objetivo de avaliar as condições de execução e esclarecer as dúvidas inerentes ao objeto, fica facultada às empresas a realização de visita técnica até 2 (dois) dias antes da data da entrega das propostas, devendo ser previamente agendada com os responsáveis da Secretaria Municipal de Saúde, através do Setor de Obras e Engenharia.

De modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, sendo recomendada a juntada do Termo de Vistoria emitida pela CONTRATANTE nos autos do processo licitatório, em caso da realização da Visita Técnica. Caso essa visita não seja realizada, a empresa Contratada torna-se responsável por todos os ônus que vierem a ocorrer pelo não conhecimento prévio da edificação, sendo de sua responsabilidade anexar uma declaração de conformidade.

O Termo de Vistoria indicará que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado. Todos os custos associados às visitas e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.

Todas as condições locais da obra deverão ser adequadamente observadas nessa visita, quando os LICITANTES deverão conhecer e equacionar, mediante inspeção preliminar e coleta de informações, todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no desenvolvimento dos trabalhos.

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 4533/25

Michelly Miranda de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486684
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



1.16 HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO TÉCNICA

1.16.1 Certidões de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo(s) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da jurisdição da sede da licitante, respectivamente, conforme estabelecido pela Lei n.º 5.194/66 em especial no seu artigo 69 e pela Lei n.º 12.378/10.

1.16.2 A validade da Certidão deverá estar em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – PROFISSIONAL

1.16.3 Comprovação de que a empresa licitante dispõe, em seu quadro funcional, na data da entrega da proposta, de profissional de nível superior, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedidos pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto limitada aos itens das parcelas de maior relevância técnica:

SERVIÇO
8.20 - CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 120 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
3.3.1 - LAJE PRE-MOLDADA BETA 12, PARA SOBRECARGA DE 3,5KN/M2 E VAO DE 4,10M, CONSIDERANDO VIGOTAS, EPS E ARMADURA NEGATIVA. INCLUSIVE CAPEAMENTO DE 4CM DE ESPESSURA, COM CONCRETO FCK=30MPA E ESCORAMENTO, CONFORME ABNT NBR 14859. FORNECIMENTO E MONTAGEM DO CONJUNTO.

1.16.3.1 As parcelas de maior relevância foram determinadas com base em sua complexidade técnica de execução, haja vista que os itens de maior relevância financeira são itens de baixa complexidade, não resguardando a administração pública quanto à competência pretérita do licitante na execução

Sávio Savio da Silva
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 485684
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



do objeto do contrato.

1.16.3.2 A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, possuidor do atestado supramencionado, integrará o quadro da Contratada durante a vigência contratual, poderá ser feita apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ficha de registro do empregado ou carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS), quando empregado;
- b) Contrato social, devidamente registrado, quando diretor ou sócio da Contratada;
- c) Contrato de prestação de serviço.
- d) Declaração de contratação futura de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

1.16.4 Nos casos da alínea “d” do subitem anterior, deverá ser anexado o registro do profissional junto ao CREA OU CAU, bem como os respectivos contratos e declarações individuais, por escrito, dos profissionais apresentados autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos quando a comprovação se der na forma do subitem do projeto básico.

1.16.5 Na hipótese de o profissional (detentor do atestado) já estiver arrolado como responsável técnico na certidão de Registro da Licitante emitida pelo CREA ou CAU, fica dispensada a exigência do subitem 1.16.3.2.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

1.16.6 A licitante deverá comprovar sua experiência na execução de serviços similares ao objeto da licitação, apresentando Atestado(s) de Responsabilidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Operacional (CAO) expedidos pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto, indicando a execução dos itens relevantes e significativos do orçamento e se fará de acordo com as parcelas de maior relevância:

Sávio Sabino da
Secretário municipal de
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de
ENGENHEIRA CIVIL 17
SEGURANÇA DO TRABAL
MATRÍCULA: 48558
SECRETARIA MUNICIPAL



DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
8.20 - CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 120 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m²	1000
3.3.1 - LAJE PRÉ-MOLDADA BETA 12, PARA SOBRECARGA DE 3,5KN/M2 E VAO DE 4,10M, CONSIDERANDO VIGOTAS, EPS E ARMADURA NEGATIVA, INCLUSIVE CAPEAMENTO DE 4CM DE ESPESSURA, COM CONCRETO FCK=30MPA E ESCORAMENTO, CONFORME ABNT NBR 14859. FORNECIMENTO E MONTAGEM DO CONJUNTO.	m²	628,30

1.16.6.1 A comprovação de capacidade técnica-operacional deve ser de no mínimo 50% do valor contratado de cada item.

1.16.6.2 As parcelas de maior relevância foram determinadas com base em sua complexidade técnica de execução, haja vista que os itens de maior relevância financeira são itens de baixa complexidade, não resguardando a administração pública quanto à competência pretérita do licitante na execução do objeto do contrato.

1.17 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste CONTRATO será recebido:

I - provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento pelo Município de Itaperuna, da comunicação do adjudicatário, informando o término das obras, e na forma prevista no Art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14133/21;

II – definitivamente, pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da aceitação provisória emitida pelo Município de Itaperuna, e na forma prevista no Art. 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14133/21.

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste CONTRATO, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria 2533/25

Miguel Macedo Moraes
ENGENHEIRO CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 485584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



mesmo fato ou a fatos futuros.

1.18 SANÇÕES

1.18.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

1.18.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 485584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



licitação;

1.18.3 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar a aplicação de penalidades mais graves;
- II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- III. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- IV. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.4, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

1.18.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a administração pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.18.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

1.18.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como

Sávio Sabotz da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8534/21

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 485684
SECRETARIA MUNICIPAL



ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente;

1.18.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

1.18.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021;

1.18.9 Ocorrendo atraso na entrega do objeto, inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido preventivamente do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 156, 157, 158, 165, inc.I, 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021.

1.18.10 Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Município. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida guia para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Município. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa.

1.18.11 Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior, o valor será inscrito em Dívida Ativa do Município;

1.18.12 A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, a anotação das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e, no caso de impedimento de licitar, de contratar e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme o Decreto nº 11.129/22 e o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

1.18.13 A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da

Sávio Sabonier
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8533/25

Michelly Miranda
ENGENHEIRA
SEGURANÇA DE
MATRÍCULA: 21
SECRETARIA



contratação.

1.18.14 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

1.19 GARANTIA CONTRATUAL

1.19.1 Deverá ser prestada garantia pela Contratada correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

1.19.2 Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia previstas nos incisos, do parágrafo primeiro, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

1.19.3 A garantia deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.

1.19.4 O prazo de apresentação da garantia poderá ser prorrogado, uma única vez, a pedido da Contratada, desde que devidamente justificado e formalmente aceito pela Contratante, não podendo exceder a 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

1.19.5 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

1.20 RECURSOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

1.20.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, para a execução dos trabalhos.

1.20.2 É também de responsabilidade da CONTRATADA o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e das condições de segurança, cabendo exclusivamente a ela a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus prepostos ou empregados.

1.20.3 A CONTRATADA deverá manter preposto responsável pela execução dos serviços que deverá atender com celeridade as solicitações do Município.

Sávio Saboia da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 8532/22

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL 22
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486684
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



1.21 ANTICORRUPÇÃO

Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

1.22 GESTÃO SOBRE TERCEIROS

Caberá exclusivamente à CONTRATADA toda a gestão junto aos órgãos públicos (polícias militar e civil e outros), concessionárias e empresas privadas (trânsito, energia elétrica, telefonia, TV a cabo, etc.) no intuito de liberar/isolar/proteger áreas, etc., visando o desenvolvimento de todos os trabalhos previstos.

1.23 NORMAS

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município, ABNT, bem como as relativas à Segurança e Medicina do Trabalho e ao Trânsito.

1.23.1 As especificações dos materiais e a execução dos serviços deverão estar de acordo com as seguintes normas:

Decreto nº 5.296/ 2004 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução 307/2002 do CONAMA - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

Regulamentos do Corpo de Bombeiros Estadual;

Sávio Sabóia da Rosa
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 253/2017

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486584
SECRETARIA MUNICIPAL



Normas internacionais consagradas, em caso de falta de normas da ABNT, ou para complementar os temas previstos em normas nacionais;

Portaria MARE nº 2.296/1997 – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;

ABNT NBR NM247:2002 (IEC 60227-3) – Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive;

ABNT NBR NM280:2011 (IEC 60228) – Condutores de cobre para cabos isolados – Padronização;

ABNT NBR NM 293:2004 – Terminologia de vidros planos e dos componentes acessórios a sua aplicação;

ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;

ABNT NBR 5597:2013 – Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca NPT – Requisitos;

ABNT NBR 5598:2013 – Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca BSP – Requisitos;

ABNT NBR 5624:2011 – Eletroduto rígido de aço-carbono, com costura, com revestimento protetor e rosca – Requisitos;

ABNT NBR 5626:2020 – Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção;

ABNT NBR 7199:2016 – Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações;

ABNT NBR 7200:1998 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento;

ABNT NBR 7221:2012 – Agregado – Índice de desempenho de agregado miúdo contendo impurezas orgânicas – Método de ensaio;

ABNT NBR 7229:1993 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;

ABNT NBR 7286:2015 – Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kVA a 75 kVA – Requisitos de desempenho;

ABNT NBR 7290:2016 – Cabos de controle com isolamento extrudada de XLPE, EPR ou HEPR para tensões até 1 kV – Requisitos de desempenho;

Sávio Sabôa da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 2533/20

Michelly Miranda de Moraes Paes
ENGENHEIRA CIVIL
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ABNT NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e Execução;

ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos;

ABNT NBR 9574:2008 – Execução de impermeabilização;

ABNT NBR 9685:2005 – Emulsão asfáltica para impermeabilização;

ABNT NBR 10152:2017 – Acústica – Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações;

ABNT NBR 10844:1989 – Instalações prediais de águas pluviais;

ABNT NBR 10898:2013 – Sistema de iluminação de emergência;

ABNT NBR 11702:2019 – Tintas para construção civil – Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais – Classificação e requisitos;

ABNT NBR 11905:2015 - Argamassa polimérica industrializada para impermeabilização;

ABNT NBR 12554:2013 – Tintas para edificações não industriais – Terminologia;

ABNT NBR 12693:2010 – Sistemas de proteção por extintor de incêndio;

ABNT NBR 13057:2011 – Eletroduto rígido de aço-carbono, com costura, zincado eletroliticamente e com rosca ABNT NBR 8133 — Requisitos;

ABNT NBR 13248:2014 – Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça, para tensões até 1 kV – Requisitos de desempenho;

ABNT NBR 14039:2005 – Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;

ABNT NBR 14136:2012 – Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização;

ABNT NBR 14718:2019 – Esquadrias — Guarda-corpos para edificação — Requisitos, procedimentos e métodos de ensaio;

ABNT NBR 15465:2020 – Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos de desempenho;

ABNT NBR 15701:2016 – Conduletes metálicos roscados e não roscados para

Sávio Saboia
Secretário Municipal de Saúde

Michel Miranda de Moraes
ENGENHEIRO CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA Nº 5551
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



sistemas de eletrodutos;

NBR 16.401:2008 – Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários;

ABNT NBR 16537/2016 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação;

ABNT NBR 16697:2018 – Cimento Portland – Requisitos;

ABNT NBR 16868-1:2020 – Alvenaria estrutural – Parte 1: Projeto;

ABNT NBR 17240:2010 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;

NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

NR 15 - Atividades e Operações Insalubres;

NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

Prescrições e recomendações dos fabricantes relativos à instalação, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

Placa de Obra – GOVERNO FEDERAL;

Manual de Identidade Visual.

1.24 DISPOSIÇÕES GERAIS

Deverá ser observada à Lei Complementar nº 123/2006 e as suas posteriores alterações (Lei Complementar nº 147/2014), concernente ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e as empresas de pequeno porte.

A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos dos incisos II e III do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações

Sávio Sampaio da
Secretário Municipal de Saúde
Portaria n.º 8533/25

Michelly Miranda de Moraes
ENGENHEIRA CIVIL
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486684
SECRETARIA MUNICIPAL



prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do ajuste/contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

O Contrato poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da CONTRATADA, ou declaração de insolvência dos seus sócios, Gerentes ou Diretores, bem como da transferência do presente, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na prestação dos serviços, conforme preceitua o TÍTULO IV da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O objetivo final deste Projeto Básico é que a(s) obras/serviços sejam executados em perfeitas condições, de modo que o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra deverão ser previstos para incluir todos os componentes necessários para tanto, mesmo aqueles que, embora não claramente citados, sejam necessários e indispensáveis para se atingir o perfeito atendimento do objeto.

Pequenos detalhes que não são usualmente especificados ou mostrados, mas que são necessários para a execução satisfatória dos serviços, deverão ser incluídos como se tivessem sido citados, fazendo parte, portanto, do contrato.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos documentos ora fornecidos deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a CONTRATADA como especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no presente Projeto Básico, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento da(s) obras/serviços.

Os proponentes deverão fazer pesquisa minuciosa do objeto, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

Sávio Sabóia da Fonseca
Secretário municipal de saúde
Portaria nº 2533/25

Michelly Miranda de Moraes Rodrigues
ENGENHEIRA CIVIL E
SEGURANÇA DO TRABALHO
MATRÍCULA: 486584
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE





A participação neste procedimento licitatório será considerada como evidência de que o licitante examinou suficientemente todas as informações disponíveis e obteve informações satisfatórias acerca dos serviços, importando ainda aceitar todos os termos e condições deste Projeto Básico.

Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto, salvo por autorização expressa da Secretária Municipal de Saúde.

As questões decorrentes da execução do instrumento contratual, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itaperuna/RJ para efeito de competência nas eventuais demandas advindas deste pacto, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itaperuna/RJ, 28 de março de 2025.

Elaborado	Aprovado
 Michelly Miranda de M. Rodrigues Setor de Obras e Engenharia Secretaria Municipal de Saúde Mat. 486684	 Sávio Sabóia da Fonseca Secretário Municipal de Saúde Mat. 8533/25